



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Assembleia Nacional:

Resolução nº 146/VI/2005:

Deferindo o pedido de prorrogação da suspensão temporária de mandato da Deputada Elsa Maria Sousa Soares.

Despacho substituição nº 147/VI/2005:

Substituindo a Deputada Elsa Maria Sousa Soares por Hélder José Andrade Duarte.

Despacho substituição nº 148/VI/2005:

Substituindo o Deputado José Pires dos Santos por Domingos João dos Santos.

Despacho substituição nº 149/VI/2005:

Substituindo a Deputada Maria Helena Nobre de Moraes Querido Semedo por Domingos Mendes de Pina.

Secretaria-Geral.

Ministério da Saúde

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério da Administração Interna:

Direcção-Geral da Administração Eleitoral.

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público.

Município de São Domingos:

Câmara Municipal.

Município da Ribeira Grande:

Câmara Municipal.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Comissão Permanente

Resolução nº146/VI/2005

de 11 de Maio

Ao abrigo da alínea a) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Único

Deferir o pedido de prorrogação da suspensão temporária de mandato da Deputada Elsa Maria Sousa Soares, da lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral da Brava, até 15 de Julho de 2005.

Aprovada em 12 de Abril de 2005

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

Gabinete do Presidente

Despacho Substituição nº147/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do PAICV, o pedido de substituição temporária de mandato da Deputada Elsa Maria Sousa Soares, da lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral da Brava, pelo candidato não eleito da mesma lista, Hélder José Andrade Duarte.

Publique-se.

Assembleia Nacional, aos 12 de Abril de 2005. – O Presidente, *Aristides Raimundo Lima*.

Despacho Substituição nº148/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição temporária de mandato do Deputado José Pires dos Santos, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral de São Vicente, pelo candidato não eleito da mesma lista, Domingos João dos Santos.

Publique-se.

Assembleia Nacional, aos 19 de Abril de 2005. – O Presidente, *Aristides Raimundo Lima*.

Despacho Substituição nº149/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição da Deputada Maria Helena Nobre de Moraes Querido Semedo, eleita na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral da Praia, que renunciou o mandato, pelo candidato não eleito da mesma lista, Domingos Mendes de Pina.

Publique-se.

Assembleia Nacional, aos 25 de Abril de 2005. – O Presidente, *Aristides Raimundo Lima*.

Secretaria-Geral

Albertina da Cruz da Graça, técnica parlamentar de 1ª classe, referência 14, escalão C, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, nomeada, para, ao abrigo do artigo 30º e do nº 2 do

artigo 31º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro (PCCS da Assembleia Nacional), exercer em comissão ordinária de serviço, as funções de Chefe de Divisão de Biblioteca, da Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.02 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. – (Isento do visto de Tribunal de Contas).

RECTIFICAÇÃO

Por erro da administração foi publicado de forma inexacta, no *Boletim Oficial*, II Série, nº 15, de 20 de Abril de 2005, o extracto de despacho de S. Exª o Secretário da Mesa da Assembleia Nacional por sub-delegação de S. Exª o Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional, de 1 de Abril de 2005, referente à progressão de Kátia Cristina Nogueira de Andrade Rodrigues, rectifica-se o mesmo na parte que interessa:

Onde se lê:

Kátia Cristina Rodrigues Nogueira.

Deve ler-se:

Kátia Cristina Nogueira de Andrade Rodrigues.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 26 de Abril de 2005. – Pelo Secretário-Geral, *Maria de Fátima Lima Duarte Almeida*.

—o—

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Exª o Ministro de Estado e da Saúde:

De 1 de Março de 2005:

Edilson Cardoso Seródio, filho da ajudante dos serviços gerais do quadro privativo do Hospital “Dr. Agostinho Neto”, Benvinda Pina Cardoso - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 17 de Fevereiro de 2005, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado para estudo electrofisiológico e tratamento».

Silvestre Vieira, primeiro subchefe de Polícia da Guarda Fiscal - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 17 de Fevereiro de 2005, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado com urgência para um Serviço de Oncologia em Portugal»

De 2:

Pedro Estevão Gomes, ajudante dos serviços gerais do quadro privativo do Hospital “Dr. Baptista de Sousa” - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 16 de Fevereiro de 2005, que é do seguinte teor:

«Encontra-se incapacitado para o exercício de qualquer actividade profissional».

Hélio Augusto Boaventura Moreira, filho do funcionário da Câmara Municipal de São Vicente, Manuel Augusto Rocha Moreira - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 16 de Fevereiro de 2005, que é do seguinte teor:

«Deve ser reavaliado no serviço de Neurocirurgia do Hospital Egas Moniz».

Obs: Em virtude da sua menoridade, deve ser acompanhado pela mãe.

De 7:

Maria Conceição Gomes, professora do ensino básico integrado, do quadro do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 23 de Fevereiro de 2005, que é do seguinte teor:

«Devem ser-lhe justificadas as faltas até à presente data. Deve ser mudada para uma actividade profissional que não seja leccionar».

De 15:

Domingas Lopes Afonso, trabalhadora da Câmara Municipal de São Domingos - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 17 de Fevereiro de 2005, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra definitivamente incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional».

Maria Teresa Pina, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 2 de Março de 2005, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuada para um Serviço de ORL, no exterior do País, para diagnóstico e tratamento».

Catarina Monteiro Rodrigues Monteiro, enfermeira geral, escalão I, índice 125, do quadro da Direcção Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 10 de Março de 2005, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para um Centro Especializado em Cirurgia Cardíaca».

De 7 de Abril:

João Manuel Varela, professor universitário do ISECMAR, do quadro do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 30 de Março de 2005, que é do seguinte teor:

«Deve ser evacuado para um Centro Especializado em Neurologia no exterior do País».

Obs.: Deve ser acompanhado por um familiar.

De 14:

Maria Livramento Gonçalves Gomes, assistente administrativo, referência 6, escalão C, do quadro do Ministério das Infra-estruturas e Transportes - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 7 de Abril de 2005, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra incapaz de continuar a exercer a sua actividade laboral».

De 18:

Izabel Amélia Eufemia Rosa, professora do ensino básico integrado, referência 3, escalão A, do quadro da do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 13 de Abril de 2005, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra definitivamente incapaz para o exercício da sua profissão».

De 22:

Ana de Lourdes Rodrigues Cabral Semedo, enfermeira graduada, escalão III, índice 135, do quadro da Direcção Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Abril de 2005, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada com a máxima urgência, para um Centro Especializado em Oncologia, no exterior do País».

Despacho da Directora do Hospital "Dr. Baptista de Sousa", por delegação de S. Ex.^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 11 de Abril de 2004:

Maria Nascimento Gomes Basílio, agente sanitário, referência 1, escalão C, do quadro privativo do Hospital "Dr. Baptista de Sousa" - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 6 de Abril, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal. Apta a retomar o trabalho».

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, na Praia, aos 29 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—o—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex.^a o Ministro da Justiça e Administração Interna:

De 30 de Março de 2001:

José António Cabral Semedo, secretário judicial, referência 4, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocado no Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, punido com a pena de demissão, ao abrigo do artigo 14º, nº 1, alínea f) do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 15 de Abril de 2005. — O Director-Geral, p/s, *José Cardoso*.

—o—

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral da Administração Eleitoral

EDITAL Nº 10/2005

Núias Mendes Barbosa da Silva, Director-Geral da Administração Eleitoral, faz público, nos termos dos artigos 39º e 40º do Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 92/V/99, de 8 de Fevereiro, que é a seguinte a composição da Comissão de Recenseamento Eleitoral em Angola.

Membros Efectivos:

- Luís Filipe Duarte — Presidente
- Nardi de Sousa
- José Manuel Almeida Fonseca
- Casimira Afonso Rodrigues
- José Veríssimo Pires

Membros Suplentes

- Ariana Helena Silva
- Angélica Andreia Barbosa Vicente Silva

Direcção-Geral da Administração Eleitoral, na Praia, aos 28 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Núias Silva*.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Conselho Superior do Ministério Público

LISTA DE ANTIGUIDADE DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM REFERÊNCIA A 31.12.2004

Nº. de Ordem	Nomes	Categoria	Início de Funções	Interrupções	Tempo na categoria			Tempo efectivo na Magistratura do MP.		
					A	M	D	ANOS	MESES	DIAS
1	HENRIQUE MONTEIRO	Procurador da República Ajudante do Procurador Geral da República	15/04/77	De 31/1/80 a 31/1/85 a)	1	7	16	22	8	15 e)
2	MANUEL FILIPE SOARES	Procurador da República de 1ª. Classe	15/07/76	De 1/11/86 a 31/7/92 a)	10	5	20	22	8	16 e)
3	BOAVENTURA JOSÉ DOS SANTOS	Procurador da República de 1ª. Classe ¹	01/07/76	De 1/10/85 a 6/10/91 a)	10	5	14	22	5	24 e)
4	OTELINDO LEVY RIVERA DE JESUS	Procurador da República de 1ª. Classe	04/05/82	De 1/10/87 a 2/3/93 b)	3	7	22	17	3	16
5	LUÍS JOSÉ TAVARES LANDIM	Procurador da República de 2ª. Classe	17/10/90		4	2	23	14	2	14
6	ARLINDO LUÍS PEREIRA FIGUEIREDO E SILVA	Procurador da República de 2ª. Classe	01/06/92		4	2	23	12	7	-
7	EVANDRO DE ASSUNÇÃO LOPES DE CARVALHO	Procurador da República de 2ª. Classe	22/10/92		3	7	22	12	2	9
8	BALTAZAR RAMOS MONTEIRO	Procurador da República de 2ª. Classe	12/01/93		3	7	22	11	11	19
9	FRANKLIN AFONSO FURTADO	Procurador da República de 2ª. Classe ²	16/11/93		1	9	21	11	1	15
10	FELISMINO GARCIA CARDOSO	Procurador da República de 2ª. Classe	03/10/95		1	9	21	9	2	28
11	VICENTE TIMÓTEO GOMES SILVA	Procurador da República de 3ª. Classe	03/10/95		9	2	28	9	2	28

¹ Em Comissão Ordinária de Serviço a exercer funções de Inspector Superior do Ministério Público

² A exercer mandato nas funções de Procurador Geral da República

Nº. de Ordem	Nomes	Categoria	Início de Funções	Interrupções	Tempo na Categoria			Tempo efectivo na Magistratura do MP.		
					A	M	D	ANOS	MESES	DIAS
12	SEBASTIÃO MENDES DE PINA	Procurador da República de 3ª. Classe	01/07/97		7	6	-	7	6	-
13	AFONSO DELGADO LIMA	Procurador da República de 3ª. Classe	01/07/97		7	6	-	7	6	-
14	AMADEU FORTES OLIVEIRA	Procurador da República de 3ª. Classe	01/07/97	De 20/4 a 1/10/02 e a partir de 2/01/2003 c)	5	-	15	5	-	15
15	ALCINDO JÚLIO SOARES	Procurador da República de 3ª. Classe	01/04/98		6	9	-	6	9	-
16	JOÃO PINTO SEMEDO	Procurador da República de 3ª. Classe ³	04/05/98		6	7	28	6	7	28
17	JÚLIO CÉSAR MARTINS TAVARES	Procurador da República de 3ª. Classe ⁴	04/05/98		6	7	28	6	7	28
18	HENRIQUE SOARES TEIXEIRA	Procurador da República de 3ª. Classe	03/05/99		5	7	29	5	7	29
19	LISETE CELESTE BRITO NEVES	Procurador da República de 3ª. Classe	01/12/99		5	1	-	5	1	-
20	ÓSCAR SILVA DOS REIS TAVARES	Procurador da República de 3ª. Classe	15/12/99		5	-	17	5	-	17
21	ALBERTINO DA SILVA MENDES	Procurador da República de 3ª. Classe	15/12/99		5	-	17	5	-	17
22	CARLOS SILVA GOMES	Procurador da República de 3ª. Classe	11/05/88	De 30/4/96 a 30/11/2000 d)	3	8	29	12	-	18 e)
23	ANTÓNIO MARIA MARTINS CLARET	Procurador da República de 3ª. Classe	02/04/01		3	8	29	3	8	29
24	KYLLY SAMHÁA ALMADA FERNANDES	Procurador da República de 3ª. Classe	02/04/01		3	8	29	3	8	29
25	BERNARDINO DUARTE DELGADO	Procurador da República de 3ª. Classe	03/06/02		2	6	28	2	6	28

³ A exercer mandato nas funções de Procurador Geral Adjunto

⁴ Em Comissão Ordinária de Serviço a exercer funções na Chefia do Governo

Nº. de Ordem	Nomes	Categoria	Início de Funções	Interrupções	Tempo na Categoria			Tempo efectivo na Magistratura do MP.		
					A	M	D	ANOS	MESES	DIAS
26	ANTÓNIO PEDRO LOPES BORGES	Procurador da República de 3ª. Classe	04/11/02		2	1	27	2	1	27
27	MARA RESENDE DANTAS DOS REIS	Procuradora da República de 3ª. Classe	02/12/02		2	-	30	2	-	30
28	JOSÉ CARLOS LOPES CORREIA	Procuradora da República de 3ª. Classe	01/10/03		1	3	-	1	3	-
29	ÂNGELA CRISTINA MARQUES RODRIGUES	Procuradora da República de 3ª. Classe	01/10/03		1	3	-	1	3	-
30	PATRÍCIO MONTEIRO VARELA	Procuradora da República de 3ª. Classe	15/10/03		1	2	17	1	2	17
31	JÚLIO DOS REIS MASCARENHAS	Delegado do Procurador da República Principal	03/11/75		8	-	-	29	1	28
32	PAULINO RODRIGUES	Delegado do Procurador da República Principal	01/08/78		6	9	-	26	5	-
33	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA TOLENTINO	Delegado do Procurador da República Principal	10/07/81		1	9	-	23	5	21
34	ADELAIDE SILVA	Delegado do Procurador da República de 1ª. Classe	01/02/84		6	9	-	20	11	-
35	MÁRIO LUDGERO CORREIA	Delegado do Procurador da República de 1ª. Classe ³	01/02/84	De 15/12/99 a 9/5/2001 f)	5	5	25	19	6	7
36	ARTUR BORGES SILVA	Delegado do Procurador da República de 1ª. Classe	28/04/88		2	10	-	16	8	3
37	LÁZARO LOPES ROCHA	Delegado do Procurador da República de 1ª. Classe	12/05/88		2	10	-	16	7	19
38	MANUEL JOSÉ MENDES GONÇALVES	Delegado do Procurador da República de 1ª. Classe	01/08/88		4	9	-	16	5	-
39	JOÃO ALBERTO BARROS TAVARES	Delegado do Procurador da República de 2ª. Classe	14/04/88	De 16/7/98 a 2/5/99	9	6	27	15	11	17
40	ANTÓNIO BIBIANO VARELA	Delegado do Procurador da República de 2ª. Classe	02/10/89	De 1/11/96 até 28/04/2004	2	2	25	8	9	2

³ Requisitado para exercer funções no Gabinete da Ministra da Justiça e Administração Interna

- a) Tempo em que estiveram na situação de licença especial sem vencimentos, para efeitos de estudo;
b) Tempo que esteve na situação de licença ilimitada;
c) Situação de licença de longa duração sem vencimento;
d) Situação de licença de longa duração sem vencimento, para efeitos de estudo;
e) Contagem com inclusão do exercício das funções de Delegado do Procurador da República;
f) Tempo que esteve na situação de licença de longa duração sem vencimento.

OBS: A categoria actual dos magistrados tem como base a antiguidade no cargo a 1 de Janeiro de 1996, data da entrada em vigor da Lei nº. 136/IV/95, de 3 de Julho -ESTATUTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Conselho Superior do Ministério Público, aos 24 Dias do Mês de Março de 2005. – O PRESIDENTE, *Franklin Afonso Furtado*

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Câmara Municipal

DELIBERAÇÕES

De 26 de Novembro de 2004

Lúcio Lopes Moreno, José António Borges Martins e João Adelino de Barros Fernandes, contratados para, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 2 do artigo 100 da Lei nº 53/IV/05, de 3 de Janeiro, exercerem, em regime de contrato de trabalho a termo, o cargo de fiscal, referência 5, escalão A, da Câmara Municipal de São Domingos.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 3º, grupo 25, artigo 2º do Orçamento municipal vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 12 de Abril, de 2005).

De 3 de Março de 2005

Alfredo Frederico Gonçalves, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro privativo do Município de São Domingos, nomeado nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 5/98, de 9 de Março, para em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Secretário Municipal da Câmara Municipal de São Domingos, com efeito a partir de 1 de Abril de 2005.

António de Jesus Correia Lopes, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal da Câmara Municipal, nomeado para, ao abrigo do disposto no artigo 27º, alínea b) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea a) do nº 2 do artigo 38º do Decreto-Lei 86/92, de 16 de Julho, desempenhar em comissão ordinária de serviço, o cargo de Chefe de Divisão do Desenvolvimento Económico e Social, com efeito a partir de 1 de Abril.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 3, artigo 25º, nº 1 do orçamento municipal para o ano 2005. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 1 de Abril, de 2005).

Câmara Municipal de São Domingos, aos 14 de Abril de 2005. – Pelo Director dos Recursos Humanos, *Pedro Mendes Teixeira*.

—o—

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

Câmara Municipal

Despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal:

De 20 de Novembro de 2003:

António Nascimento Monteiro, auxiliar administrativo, referência 2, escalão H, do quadro privativo da Câmara Municipal da Ribeira Grande, concedido licença sem vencimento de longa duração, a partir de 1 de Novembro de 2003, nos termos do nº 1 do artigo

47º, número 1 do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril, conjugado com a alínea d) do nº 1 do artigo 98º da Lei nº 134/IV/93, de 3 de Julho.

Isento de Visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea j), nº 1 do Artigo 14º da Lei 84º/IV/93, de 12 de Julho.

De 18 de Março de 2005:

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 21º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e dos artigos 2º e 3º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto, progridem, para o escalão seguinte da mesma referência os seguintes funcionários e agentes da Câmara Municipal da Ribeira Grande, conforme se indica:

Luís Fernando Rosa Jesus, condutor auto-pesado, referência 4, escalão E, para F;

Domingos Nascimento Monteiro, operário não qualificado, referência 1 escalão D, para E;

Jorge Miguel da Graça, Condutor auto-pesado referência 4, escalão E, para F;

Pedro José Fortes, Condutor auto-pesado referência 4, escalão E, para F;

Alcindo Miguel Brandão, Condutor auto-pesado referência 4, escalão D, para E;

Francisco Delgado Marfins, Condutor auto pesado referência 4, escalão B, para C;

Manuel Isidoro Santos, Condutor auto pesado referência 4, escalão D, para E;

Ilídio Francisco Alexandre, Técnico Superior referência 13, escalão A, para B.

Jacinto Leonor Meio, Fiscal, referência 5, escalão B, para C.

As despesas resultantes tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4, artigo 38º nº 1 do Orçamento Municipal.

Estefânia Maria Brito, oficial administrativo referência 8, escalão B, para C;

Maria Manuela de Fátima L. Delgado, oficial principal referência 9, escalão D, para E;

Maria Filomena Fonseca, escriturária dactilografista referência 2, escalão D, para E.

As despesas resultantes tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3, artigo 16º nº 1 do Orçamento Municipal.

Aristides Simeão Delgado, assistente administrativo referência 6, escalão B, habilitado com o 12º ano de escolaridade e curso de administração local, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Ribeira Grande, no regime de contrato administrativo de provimento, reclassificado no cargo de oficial administrativo referência 8, escalão B, com efeitos retroactivos a Março de 2003, ao abrigo do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 87/92, em conjugação com a alínea b) do nº 2 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 86/92, ambos de 16 de Julho.

Isento de visto do Tribunal de Contas.

Câmara Municipal da Ribeira Grande, aos 18 de Março de 2005. – O Vereador, *Arsénio Cassiano Gomes*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV

—o§o—

NOVOS EQUIPAMENTOS

NOVOS SERVIÇOS

DESIGNER GRÁFICO

AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelecom.cv

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	5 000\$00	3 700\$00
II Série	3 500\$00	2 200\$00
III Série	3 000\$00	2 000\$00
AVULSO por cada página	10\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 10\$00

Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série	6 700\$00	5 200\$00
II Série	4 800\$00	3 800\$00
III Série	4 000\$00	3 000\$00

Para outros países:

I Série	7 200\$00	6 200\$00
II Série	5 800\$00	4 800\$00
III Série	5 000\$00	4 000\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	5 000\$00
1/2 Página	2 500\$00
1/4 Página	1 000\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 80\$00